



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

3º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS 2023

CADERNO DE PROVA

PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

INSTRUÇÕES

- 1) Confira este Caderno de Prova. Ele é FRENTE E VERSO das páginas e deverá conter **30 (trinta)** questões de conhecimentos específicos e **1 (uma)** questão discursiva.
- 2) A prova terá duração de **3 (três)** horas, improrrogáveis.
- 3) A interpretação das questões é de responsabilidade do candidato.
- 4) Não será permitida nenhuma espécie de consulta, sob pena de desclassificação.
- 5) Responda às questões objetivas e discursiva nas folhas de respostas que serão entregues em separado.
- 6) As folhas de respostas serão os únicos documentos válidos para a correção, sendo o seu preenchimento de inteira responsabilidade do candidato.
- 7) Não rasure as folhas de respostas, as quais deverão conter somente o número de inscrição do candidato, sendo vedada a sua identificação nominal ou por meio de sinais, sob pena de desclassificação do candidato.
- 8) **Em nenhuma hipótese haverá substituição das folhas de respostas: por motivo de erro do candidato, marcação rasurada ou emendada.**
- 9) Este Caderno de Prova deverá ser devolvido junto com as folhas de respostas ao final da prova.

Boa Sorte!!!



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Conhecimentos Específicos

Prova Objetiva de Direito

1. [Direito Constitucional] Analise as assertivas abaixo, indicando a **INCORRETA**:

- a) o constitucionalismo democrático apresenta uma tensão interna entre vontade popular representada e possibilidade de revisão judicial das decisões dessa vontade.
- b) a diferença entre regras e princípios, opositora de pensadores como Hart e Dworkin, tem caracterizado parte do debate acadêmico brasileiro
- c) o neoconstitucionalismo é um termo “guarda-chuva” que reúne diversas características contemporâneas do constitucionalismo como o protagonismo do Judiciário, embora não seja extensível ao chamado constitucionalismo da “Pachamama” e do “Bem Viver”.
- d) o constitucionalismo ecológico se refere à tendência de as Constituições, por meio do constituinte originário ou derivado, reconhecerem os direitos ambientais.

2. [Direito Constitucional] É **INCORRETO** afirmar que:

- a) não há prisão civil por dívida no Brasil hoje, salvo para pagamento de pensão alimentícia, ainda que haja outra exceção criada pela Constituição.
- b) ninguém pode ser privado de seus direitos ou sofrer qualquer restrição em sua esfera jurídica em razão de sua orientação sexual ou de sua identidade de gênero.
- c) o racismo é resultado de uma construção de índole histórico-cultural motivada pelo objetivo de justificar a desigualdade e destinada ao controle ideológico, à dominação política, à subjugação social e à negação da alteridade, da dignidade e da humanidade dos integrantes de grupos vulneráveis ou minoritários.

d) em respeito à separação dos poderes e do princípio da legalidade, o Supremo Tribunal Federal ao identificar omissão legislativa para cumprimento dos mandados constitucionais de criminalização deve expedir decisões de apelo ou de situação “ainda constitucional”, sem caráter aditivo ou supletivo.

3. [Direito Constitucional] É correto afirmar, **MENOS** que:

- a) quando a defesa usar direta ou indiretamente a tese da “legítima defesa da honra” no julgamento perante o tribunal do júri, haverá nulidade da prova, do ato processual ou, caso não obstada pelo presidente do júri, dos debates por ocasião da sessão do júri. Essa nulidade não se aplica na fase pré-processual nem na instrutório-processual.
- b) a pessoa transgênero que comprove sua identidade de gênero dissonante da que lhe foi designada ao nascer e declare por escrito sua autoidentificação dispõe do direito fundamental subjetivo à alteração do prenome e da classificação de gênero no registro civil pela via administrativa ou judicial, independentemente de procedimento cirúrgico e laudos de terceiros.
- c) lei que veda o ensino sobre gênero e orientação sexual, bem como a utilização desses termos nas escolas viola o princípio da proteção integral de crianças, adolescentes e jovens, de seu direito à educação, a liberdade de ensinar e de aprender, além de ser forma de utilização do aparato estatal para manter grupos minoritários em condição de invisibilidade e inferioridade.
- d) é tarefa do poder público ensinar os valores da diversidade e da tolerância, combatendo orientações sectárias e discriminatórias, ainda que revestidas de neutralidade e de negativa de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

conteúdo, supostamente, doutrinador ou proselitista.

4. [Direito Constitucional] É INCORRETO afirmar que:

- a) a Constituição brasileira abrange diferentes formas de família legítima, além da que resulta do casamento, a exemplo daquelas formadas mediante união estável, hetero ou homoafetivas.
- b) não é legítimo desequiparar, para fins sucessórios, os cônjuges (nas famílias formadas pelo casamento) e os companheiros (naquelas formadas pela união estável), em relações homo ou heteroafetivas.
- c) os avanços na dinâmica e na forma do tratamento dispensado aos mais matizados núcleos familiares, movidos pelo afeto, pela compreensão das diferenças, respeito mútuo, busca da felicidade e liberdade individual de cada qual dos membros, autorizam excepcionalmente o reconhecimento das famílias “poliamorosas”.
- d) o sexo das pessoas, salvo disposição constitucional expressa ou implícita em sentido contrário, não se presta como fator de desigualação jurídica.

5. [Direito Constitucional] Há uma assertiva **INCORRETA**. Identifique-a:

- a) o ambiente possui função dúplice no microssistema jurídico, por se constituir simultaneamente em direito e em dever das pessoas, embora a posição jurídica de devedor jusambiental pode ser reforçada àqueles que exploram os recursos naturais.
- b) embora as políticas públicas ambientais devam ser conciliadas com outros princípios constitucionais como a livre iniciativa, o mercado de trabalho, o desenvolvimento social e o atendimento às necessidades básicas de consumo, goza de presunção de prevalência, por se tratar de um direito intergeracional, como tem reconhecido o STF.

- c) a capacidade institucional do Judiciário está ausente em um cenário de incerteza, devendo as cortes se imporem autocontenção, de modo a não substituírem as escolhas dos demais órgãos do Estado por suas próprias escolhas
- d) o princípio da vedação do retrocesso social não se sobrepõe ao princípio democrático, nem justifica afastar arranjos legais mais eficientes para o desenvolvimento sustentável do país.

6. [Direito Civil] Quanto à interpretação dos negócios jurídicos, prescreve o Código Civil Brasileiro, **EXCETO**:

- a) os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.
- b) a interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que for confirmado pelo comportamento das partes posterior à celebração.
- c) a interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que corresponder aos usos, costumes e práticas do mercado relativas ao tipo de negócio.
- d) a interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido for mais benéfico à parte que redigiu o dispositivo, se identificável.

7. [Direito Civil] Sobre a capacidade civil, é correto afirmar que:

- a) a Lei Brasileira de Inclusão não promoveu alteração no que toca à capacidade civil da pessoa com deficiência.
- b) os indígenas são sempre considerados absolutamente incapazes.
- c) a capacidade civil da mulher casada é mitigada.
- d) a menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

8. [Direito Civil] O vocábulo "evicção" vem do latim *evictio* e significa desapossar judicialmente ou recuperar uma coisa. Para o direito civil, evicção é a perda de um bem por ordem judicial ou administrativa, em razão de um motivo jurídico anterior à sua aquisição. Em outras palavras, é a perda de um bem pelo adquirente, em consequência de reivindicação feita pelo verdadeiro dono. Um exemplo de evicção se dá quando alguém vende um objeto e, posteriormente, descobre-se que ele não pertencia ao vendedor, mas a um terceiro.

Sobre o tema é **INCORRETO** afirmar que:

- a) nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção. Tal garantia não subsiste, contudo, quando a aquisição se tenha realizado em hasta pública.
- b) podem as partes, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção.
- c) não obstante a cláusula que exclui a garantia contra a evicção, se esta se der, tem direito o *evicto* a receber o preço que pagou pela coisa *evicta*, se não soube do risco da evicção, ou, dele informado, não o assumiu.
- d) salvo estipulação em contrário, tem direito o *evicto*, além da restituição integral do preço ou das quantias que pagou: I - à indenização dos frutos que tiver sido obrigado a restituir; II - à indenização pelas despesas dos contratos e pelos prejuízos que diretamente resultarem da evicção; III - às custas judiciais e aos honorários do advogado por ele constituído.

9. [Direito Civil] **NÃO** se inclui no rol dos direitos reais:

- a) a superfície
- b) as servidões
- c) a posse
- d) a laje

10. [Direito do Consumidor] São consideradas práticas abusivas, vedadas pelo Código de Proteção e Defesa do Consumidor, **EXCETO**:

- a) condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos.
- b) enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço.
- c) executar serviços com a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor.
- d) exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva.

11. [Direito Processual Civil] Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) provas obtidas mediante interceptação de comunicações telefônicas operadas na ação penal não podem ser aproveitadas no processo civil.
- b) provas produzidas mediante interceptação de comunicações telefônicas na ação penal podem, em tese, ser aproveitadas em Ação Civil Pública de ressarcimento.
- c) não é admissível o aproveitamento, no processo administrativo disciplinar, de prova obtida mediante interceptação de comunicações telefônicas obtidas em processo penal.
- d) é admissível produção de prova mediante interceptação telefônica no processo civil, desde que o fato que se pretende provar tenha aparente configuração de crime.

12. [Direito Processual Civil] Sobre o instituto processual da repercussão geral, previsto no artigo 102, § 3º, introduzido pela Emenda Constitucional nº 45/2004:

- a) tem cabimento em sede de qualquer recurso cujo julgamento seja da competência do Supremo Tribunal Federal.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

b) tem cabimento em sede de recursos especiais e extraordinários, de competência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, respectivamente.

c) a decisão monocrática do relator no STF que, tendo negado a existência de repercussão geral, não venha a admitir o processamento do recurso extraordinário, é irrecorrível.

d) se a questão constitucional implicada com o mérito do recurso extraordinário não tiver sido objeto de prequestionamento na instância de origem, o relator no STF deverá decidir pela não admissibilidade do recurso, ainda que o recorrente tenha, quanto à referida questão, demonstrado a relevância política, social ou jurídica que ultrapasse os interesses subjetivos do processo.

13. [Direito Processual Civil] Na condição de órgão interveniente (fiscal da lei), o Ministério Público interpôs recurso especial de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, ao fundamento de que o acórdão recorrido contrariou uma lei federal:

a) a alegação de que a decisão recorrida teria contrariado lei federal, desde que razoavelmente fundamentada, é bastante para que o recurso atenda ao requisito específico de admissibilidade “contrariar lei federal” de forma que, se presentes os demais requisitos de admissibilidade, tenha seu mérito apreciado.

b) o requisito do prequestionamento não deve ser analisado, no campo do juízo de admissibilidade, com o mesmo rigor exigido da parte no processo, quando o recorrente for o Ministério Público a atuar na condição de fiscal da lei.

c) não tendo havido interposição de embargos de declaração na instância de origem, o recurso especial não deve ser admitido.

d) para o efeito de prequestionamento, é suficiente que o Ministério Público Federal tenha arguido, em embargos de declaração interpostos do acórdão do TJMG, a questão da

contrariedade à lei federal, ainda que nos atos postulatórios anteriores não tenha ventilado a referida questão.

14. [Direito Processual Civil] Quanto ao termo de ajustamento de conduta (TAC) celebrado entre órgão público legitimado para a defesa coletiva do meio ambiente e pessoa jurídica de direito privado:

a) deve ser homologado pelo Juízo e, por isso, constitui título executivo judicial.

b) não pode ser celebrado na pendência de ação civil pública, mas apenas em caráter preventivo do litígio.

c) celebrado na pendência de ação civil pública, somente é válido se contemplar a solução de todos os pedidos formulados, não se admitindo que o TAC tenha por objeto apenas parte dos pedidos.

d) não somente o Ministério Público pode celebrar TAC que verse sobre obrigação concernente à preservação ou reparação de dano ao meio ambiente.

15. [Direito Processual Civil] Segundo o Código de Processo Civil, a inversão do ônus da prova:

a) poderá decorrer de acordo entre as partes, celebrado em momento anterior à instauração do processo.

b) se versar sobre interesses disponíveis, será válida ainda que tenha tornado excessivamente difícil à parte o exercício do direito.

c) será válida, ainda que verse sobre direito indisponível, se no ato em que se convencionou a inversão interveio o representante legal do incapaz.

d) deverá ser determinada pelo Juízo sempre em favor da parte incapaz.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

16. [Direito Penal] Sobre a História do Direito Penal, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) no período romano, a Lei das XII Tábuas consagrou o princípio da responsabilidade individual.
- b) o Direito Penal moderno tem influência das ideias de Cesare Beccaria, que defendeu a superação das penas injustas e da responsabilização sem culpa.
- c) no período germânico prevalecia a responsabilidade penal objetiva.
- d) a Escola Positiva Italiana, forte na teoria do livre-arbítrio, afasta fatores biológicos das causas do crime.

17. [Direito Penal] Sobre os princípios do Direito Penal, assinale a alternativa verdadeira:

- a) o princípio do ne bis in idem impede que o condenado pela prática de crime seja condenado na esfera cível pelo mesmo fato.
- b) a lei penal que beneficia o agente é retroativa.
- c) a densa presença do Direito Penal na disciplina dos comportamentos humanos é refletida pelo princípio da fragmentariedade.
- d) nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não viola o princípio da individualização da pena a fixação obrigatória do regime integralmente fechado aos condenados por crimes hediondos.

18. [Direito Penal] Assinale a alternativa verdadeira:

- a) o Código Civil, quando complementa tipo penal, constitui lei penal em branco em sentido estrito ou heterogênea.
- b) em relação ao lugar do crime, o Código Penal Brasileiro, em seu Art. 6º, adota a teoria da ubiquidade.
- c) o Código Penal Brasileiro adota o princípio da universalidade ou da justiça mundial quanto à aplicação da lei brasileira ao crime praticado por brasileiro no exterior.

d) O Código Penal Brasileiro não admite exceções ao princípio da territorialidade, de maneira que a lei brasileira sempre é a aplicável a crime praticado por estrangeiro em território nacional.

19. [Direito Penal] Assinale a alternativa verdadeira:

- a) o objeto jurídico do delito de contrabando, previsto no Art. 334-A do Código Penal, é a defesa do consumidor.
- b) nos crimes tentados a adequação típica é imediata.
- c) nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o oferecimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.
- d) O crime de omissão de socorro, previsto no Art. 135 do Código Penal, é crime omissivo próprio.

20. [Direito Penal] Assinale a alternativa verdadeira:

- a) o delito de redução a condição análoga à de escravo, previsto no Art. 149 do Código Penal, constitui tipo misto alternativo.
- b) o delito de apropriação indébita previdenciária, previsto no Art. 168-A do Código Penal, admite a modalidade culposa.
- c) o delito de associação criminosa, tipificado no Art. 288 do Código Penal, exige a reunião de pelo menos 4 pessoas.
- d) nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não é aplicável o princípio da insignificância ao delito de descaminho, previsto no Art. 334 do Código Penal, uma vez que não se trata de crime de natureza tributária.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

21. [Direito Processual Penal] Com relação ao acordo de não persecução penal (ANPP), assinale a opção **INCORRETA**:

- a) é indispensável a intimação da vítima quando da homologação do ANPP.
- b) o juiz poderá recusar a homologação do ANPP que não atender aos requisitos legais.
- c) é possível a celebração de ANPP nos casos de crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar.
- d) para aferição da pena mínima cominada ao delito a que se referir o ANPP, serão consideradas as causas de aumento e de diminuição aplicáveis ao caso concreto.

22. [Direito Processual Penal] Sobre os recursos previstos no Código de Processo Penal, analise as afirmativas abaixo:

- I. Cabe recurso em sentido estrito da decisão que não receber a denúncia ou queixa.
- II. Cabe apelação das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular.
- III. Cabe apelação da decisão que decretar a prescrição ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade.

Está correto o que se afirma:

- a) somente no item I.
- b) somente no item II.
- c) somente nos itens I e II.
- d) em todos os itens.

23. [Direito Processual Penal] Acerca da competência, é **ERRADO** afirmar, à luz do Código de Processo de Processo Penal, doutrina e a jurisprudência dominantes:

- a) ainda que haja conexão, não haverá unidade de processo e julgamento quando houver conexão entre crimes de competência da jurisdição comum e da Justiça militar.

b) será competente o juízo federal para o crime de lavagem de dinheiro, quando o crime antecedente for da competência da Justiça federal.

c) haverá unidade de processo e julgamento na Justiça Federal quando houver conexão entre crimes de competência da jurisdição comum federal e de contravenção penal.

d) em regra, o foro por prerrogativa de função aplica-se apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às funções desempenhadas.

24. [Direito Processual Penal] A respeito dos direitos e garantias fundamentais previstos no art. 5º da Constituição Federal de 1988, aplicáveis ao processo penal, é **INCORRETO** afirmar:

a) o direito ao silêncio aplica-se ao preso, ao investigado e ao acusado, em geral.

b) a presunção de inocência, com todas as suas implicações em prol do investigado, aplica-se à fase judicial e investigatória.

c) será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.

d) nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado a qualquer tempo, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

25. [Direito Processual Penal] A respeito da investigação criminal e do inquérito policial, é **ERRADO** afirmar que:

a) na Justiça Federal, o prazo para conclusão do inquérito policial será de quinze dias, prorrogáveis, quando o investigado estiver preso.

b) uma vez arquivado o inquérito policial, não pode a ação penal ser iniciada, ainda que surjam novas provas.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

c) o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que somente se admite o reconhecimento de pessoas quando realizado com observância das formalidades de que trata o art. 226, CPP.

d) o inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.

26. [Direito Administrativo] Marque a alternativa correta, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos):

a) o instrumento de contrato, por ser obrigatório, não pode ser substituído por carta-contrato ou nota de empenho de despesa.

b) dentre as cláusulas obrigatórias nos contratos administrativos inclui-se a necessidade de previsão de prazos finais das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso.

c) a exigência de prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a critério da autoridade competente, independe da previsão no edital.

d) o regime jurídico dos contratos administrativos confere à Administração determinadas prerrogativas, entre elas a de modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.

27. [Direito Administrativo] Sobre a Lei de Improbidade Administrativa, é **INCORRETO** afirmar:

a) na hipótese de atos que impliquem enriquecimento ilícito, deve ser aplicada a sanção de suspensão dos direitos políticos pelo prazo de até dez anos, a qual poderá ser cumulada com as demais espécies de sanção previstas na Lei de Improbidade Administrativa.

b) na responsabilização da pessoa jurídica, deverão ser considerados os efeitos econômicos

e sociais das sanções, de modo a viabilizar a manutenção de suas atividades.

c) não se aplica na ação de improbidade administrativa a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor em caso de revelia.

d) no caso de atos de menor ofensa aos bens jurídicos tutelados pela Lei de Improbidade Administrativa, a sanção limitar-se-á à aplicação de multa, sem prejuízo do ressarcimento do dano e da perda dos valores obtidos, quando for o caso.

28. [Direito Administrativo] Sobre o tombamento, é correto afirmar:

a) é espécie do gênero desapropriação, visto que o Estado adquire o bem do proprietário.

b) é forma de servidão administrativa, em razão de impor ao proprietário a obrigação de tolerar o uso do bem pelo ente estatal.

c) pode ser voluntário ou compulsório, implicando limitações ao direito de propriedade do bem tombado, a exemplo da proibição de descaracterização.

d) à semelhança da requisição, permite a utilização do bem pelo Estado sem indenização do proprietário.

29. [Direito Administrativo] Assinale a alternativa correta:

a) serviços públicos são sempre delegáveis, desde que mediante lei ou contrato.

b) a outorga permite a transferência da titularidade e da execução do serviço público, devendo ser efetuada mediante lei.

c) os serviços de saúde, educação e previdência são hipóteses de serviços públicos de delegação obrigatória.

d) a delegação de serviço público somente pode ser efetuada em favor de particulares.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

30. [Direito Administrativo] Assinale a alternativa correta:

a) os conselhos profissionais são qualificados como autarquias, efetuam a contratação de empregados sob o regime celetista e não estão dispensados da obrigação de realizar concurso público.

b) as autarquias não se sujeitam ao controle finalístico dos entes responsáveis pela sua criação, em razão da sua autonomia hierárquica.

c) as sociedades de economia mista são espécie de empresas públicas.

d) de acordo com o entendimento da maioria da doutrina administrativista, fundações públicas devem ser necessariamente instituídas com personalidade jurídica de direito público.

Prova Discursiva de Pós-graduação em Direito

1. [Direito Constitucional] É possível ativismo judicial retrógrado (na perspectiva dos direitos fundamentais)? Justifique e, se existirem, apresente exemplos.